



Comissão de Educação e Ciência

# Relatório de Atividades

## Comissão de Educação e Ciência

**XIII Legislatura**

4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa

---

Relatório aprovado por unanimidade na reunião da Comissão de 29 de julho de 2019.



Comissão de Educação e Ciência

## ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Reuniões .....	4
3. Organização interna .....	5
4. Iniciativas legislativas .....	6
5. Iniciativas europeias .....	10
6. Outros pareceres/relatórios .....	11
7. Petições.....	11
8. Audições.....	14
9. Audiências .....	15
10. Eventos.....	15
11. Deslocações/ Representações.....	16
12. Requerimentos dos Grupos Parlamentares.....	18
13. Grupos de Trabalho .....	20

## 1. Introdução

O presente relatório de atividades visa dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, apresentando o trabalho levado a cabo pela Comissão de Educação e Ciência (8.ª Comissão Parlamentar Permanente da XIII Legislatura) ao longo da 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura (período de 15 de setembro de 2018 a 29 de julho de 2019<sup>1</sup>).

No início da Legislatura foram atribuídas a esta Comissão [competências](#) que dizem respeito ao acompanhamento das políticas nas seguintes matérias: Educação, incluindo todos os sistemas e graus de ensino, e Ciência, onde se incluem, designadamente, as matérias relacionadas com a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

### Estatísticas da atividade

- 64 Reuniões
- 27 Projetos de Lei
- 3 Propostas de Lei
- 5 Apreciações Parlamentares
- 37 Projetos de Resolução
- 6 Leis aprovadas
- 15 Resoluções aprovadas
- 33 Audições
- 23 Audiências
- 17 Petições apreciadas

Considerando estas competências, é elaborado o presente relatório de atividades, que procura dar conta da concretização das ações definidas no [Plano de Atividades](#) aprovado no início da Sessão Legislativa, para além de mencionar todas as outras iniciativas realizadas, por proposta dos grupos parlamentares, dos membros que a compõem, dos grupos de trabalho e ainda em resposta a solicitações apresentadas por entidades externas à Assembleia da República.

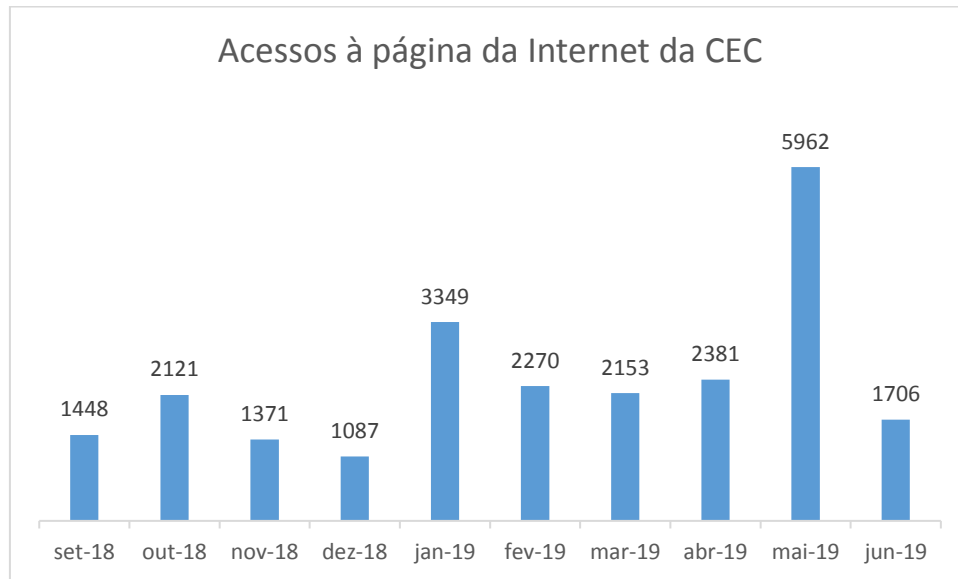
Durante a presente Sessão Legislativa procurou-se que toda a atividade fosse publicitada, e em tempo útil, na [página internet da Comissão](#), bem como facultada informação circunstanciada das iniciativas.

Aqui se incluem, para além do processo legislativo, as petições, as audiências e audições, as deslocações, os eventos, entre outros. Pretende-se, desta forma, prestar contas aos cidadãos da atividade desenvolvida e facultar o máximo de informação, na qual se incluem, sempre que possível, as gravações em registo áudio e/ou vídeo e o relatório da reunião. Assim, ao longo

<sup>1</sup> Nota-se que, formalmente, a 4.ª Sessão Legislativa só terminará com a primeira reunião da Assembleia da República após as eleições legislativas.

deste documento serão feitas remissões para a página *internet*, onde se encontra informação pormenorizada do trabalho desenvolvido.

A este respeito, importa realçar o número de acessos registados à página *Internet* durante a presente Sessão Legislativa — 23 848 —, mantendo-se a página da Comissão de Educação e Ciência como a quinta mais procurada.



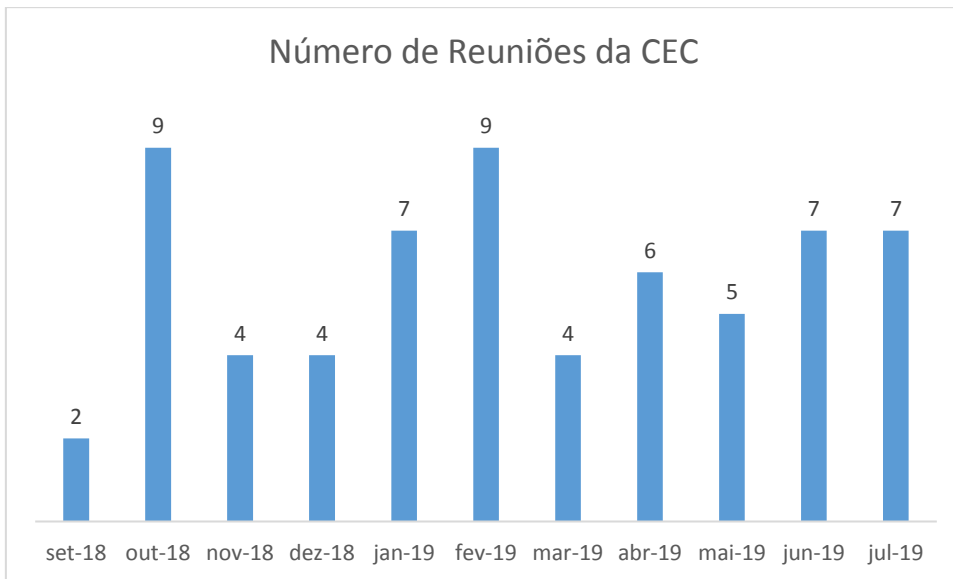
## 2. Reuniões

---

A Comissão realizou, durante o período em análise, 64 reuniões, encontrando-se [as respetivas atas](#) disponíveis na página da Comissão.

Sublinha-se que, no cômputo geral, foram também consideradas as reuniões realizadas através do sistema de deputado-piloto, em que um Deputado é responsável pelo agendamento e condução da reunião, sendo a mesma aberta à participação de todos os membros da Comissão (processo destinado a agilizar a concessão de audiências).

Excluem-se, no entanto, deste total as reuniões efetuadas no âmbito dos Grupos de Trabalho, cuja informação se disponibiliza adiante, bem como 1 reunião da Mesa e Coordenadores.



### 3. Organização interna

A Comissão é constituída por 23 Deputados efetivos e 23 Deputados suplentes, dos Grupos Parlamentares do PSD (9), PS (9), BE (2), CDS-PP (2) e PCP (1), sendo a Mesa da Comissão constituída pelo Deputado Alexandre Quintanilha (Presidente, PS) e pelas Deputadas Nilza de Sena (1.<sup>a</sup> Vice-Presidente, PSD) e Ana Rita Bessa (2.<sup>a</sup> Vice-Presidente, CDS-PP). A sua [composição](#) pode ser consultada na página da Comissão.

Registaram-se, no decurso desta Sessão Legislativa, algumas substituições de Deputados, que se assinalam abaixo:

Data	Início de Atividade	Fim de Atividade
2018-12-18		Susana Lamas (suplente)
2018-12-18		Duarte Marques (suplente)
2019-01-09	Liliana Silva (suplente)	
2019-02-07	Maria Luz Lopes (suplente)	
2019-02-12	Duarte Marques (suplente)	
2019-03-26		Cristóvão Simão Ribeiro (suplente)
2019-04-02	Bruno Coimbra (suplente)	
2019-02-15		Lúcia Araújo Silva (efetiva)
2019-02-26	Maria Manuel Leitão Marques (efetiva)	
2019-06-26		Maria Manuel Leitão Marques (efetiva)
2019-07-03	Lúcia Araújo Silva (efetiva)	

Foram mantidos os três Grupos de Trabalho constituídos durante a 1.ª Sessão Legislativa para o acompanhamento de matérias específicas, a saber: Grupos de Trabalho do Parlamento dos Jovens, de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação e de Educação Especial, bem como o Grupo de Trabalho para a Monitorização dos “Contratos de Legislatura” (criado na 2.ª Sessão Legislativa).

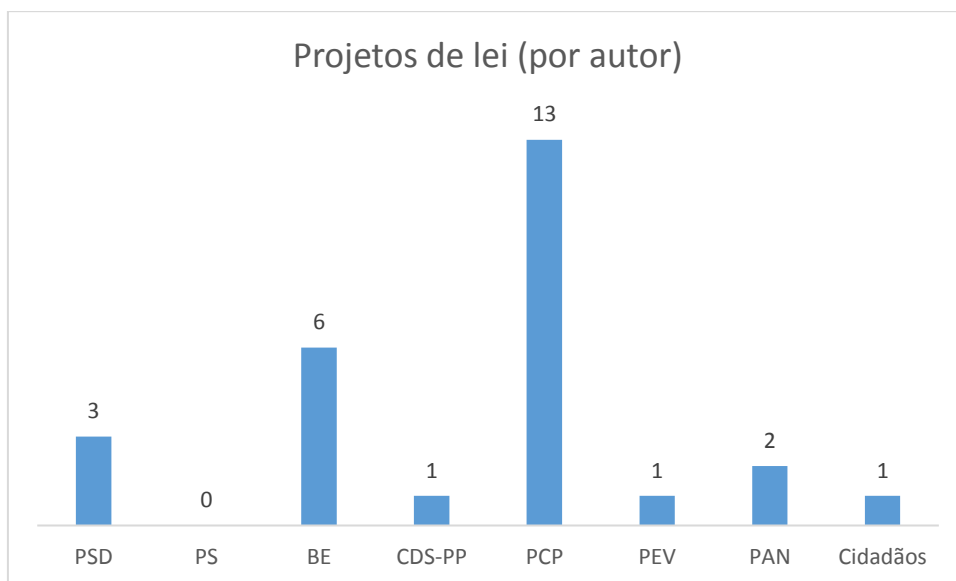
A informação detalhada da sua atividade encontra-se no [ponto 13](#) deste Relatório.

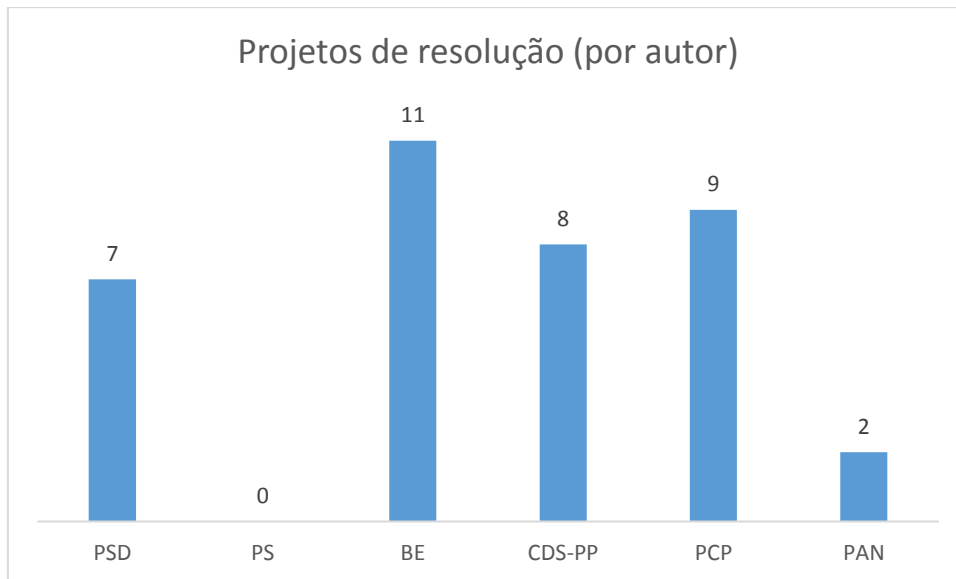
#### 4. Iniciativas legislativas

Durante a 4.ª Sessão Legislativa baixaram à Comissão de Educação e Ciência 30 iniciativas legislativas, de acordo com a distribuição abaixo:

Iniciativas Legislativas	Total
Propostas de lei	3
Projetos de lei	27
Projetos de deliberação	0
Projetos de resolução	37
Apreciações parlamentares	5
<b>Total</b>	<b>72</b>

Apresenta-se abaixo a distribuição por autor dos projetos de lei e dos projetos de resolução que baixaram à Comissão:





#### 4.1. Propostas de lei, projetos de lei e apreciações parlamentares

Das 30 iniciativas que baixaram à Comissão, foram concluídas 27.

Cada uma das [iniciativas apreciadas](#) e [em apreciação](#) dispõe, no respetivo processo, de toda a informação relativa à sua tramitação.

As três propostas de lei apreciadas pela Comissão foram aprovadas em votação final global pelo Plenário, tendo duas delas dado origem às leis do Orçamento do Estado para 2019 e das Grandes Opções do Plano para 2019, estando o [Decreto](#) correspondente à [proposta de lei n.º 196/XIII \(4.ª\)](#) — Autoriza o Governo a criar um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre a ciência e tecnologia — a aguardar promulgação.

A Comissão procedeu também à discussão e votação na especialidade do [projeto de lei n.º 1117/XIII \(4.ª\)](#), que deu origem à [Lei n.º 42/2019, de 21 de junho](#), a qual “Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento dos atos académicos, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior”.

Na última reunião plenária desta Sessão Legislativa foram ainda aprovados, em votação final global, os projetos de lei seguintes, que darão origem a 3 leis:

Projetos de lei		
1218	BE	<a href="#">Gratuidade dos manuais escolares para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória na rede de ensino público do Ministério da Educação (segunda alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto)</a>
1216	PCP	<a href="#">Garante a gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória no ensino público</a>
1173	PSD	<a href="#">1ª Alteração ao Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior</a>
1121	PAN	<a href="#">Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas</a>

Na apreciação das iniciativas, particularmente na especialidade, foi disponibilizada uma [aplicação informática](#) para recolha *online* de contributos das entidades do setor e imediata disponibilização dos mesmos na página da Comissão, facilitando uma ampla participação e a eficácia e eficiência do processo.

A Comissão também procedeu à apreciação de dois decretos-lei e das propostas de alteração apresentadas nesse âmbito, através das seguintes apreciações parlamentares:

Apreciação de decretos-lei			
Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que «Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva»	BE	<a href="#">Apreciação parlamentar n.º 67/XIII (4.ª)</a>	<b>Aprovada</b> pelo Plenário em votação final global ( <a href="#">Decreto da AR</a> )
	PCP	<a href="#">Apreciação parlamentar n.º 68/XIII (4.ª)</a>	<b>Aprovada</b> pelo Plenário em votação final global ( <a href="#">Decreto da AR</a> )
Decreto-Lei n.º 36/2019 de 15 de março, que mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 na carreira docente	BE	<a href="#">Apreciação parlamentar n.º 126/XIII (4.ª)</a>	<b>Rejeitada</b> pelo Plenário em votação final global
	PCP	<a href="#">Apreciação parlamentar n.º 127/XIII (4.ª)</a>	<b>Rejeitada</b> pelo Plenário em votação final global
	PSD	<a href="#">Apreciação parlamentar n.º 129/XIII (4.ª)</a>	<b>Rejeitada</b> pelo Plenário em votação final global

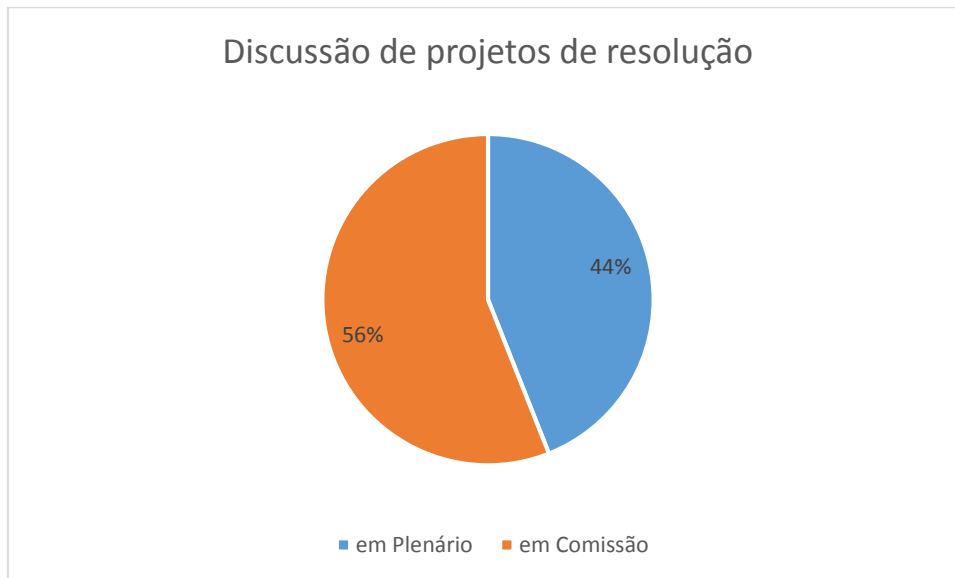
## 4.2. Projetos de resolução

Dos 37 projetos de resolução que baixaram à Comissão, 35 foram concluídos, tendo um sido redistribuído à 9.ª Comissão – o projeto de resolução n.º 2252/XIII (4.ª). Destas iniciativas, foi



requerida pelos grupos parlamentares a discussão em Plenário de 16, tendo 20 sido discutidos em Comissão.

O gráfico seguinte mostra que os projetos de resolução continuam a ser discutidos maioritariamente em Comissão.



Várias das iniciativas que baixaram a esta Comissão foram aprovadas em reunião plenária, tendo dado origem às seguintes 15 resoluções:

Resolução da AR		
298	2018	Recomenda ao Governo que contabilize todo o tempo de trabalho dos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial para efeitos de segurança social [DR I Série n.º 211/XIII (4.ª) 2018.11.02]
73	2019	Recomenda ao Governo a realização de obras estruturantes na Escola Secundária e na Escola Básica n.º 1 de Vendas Novas [DR I Série n.º 104/XIII (4.ª) 2019.05.30]
36	2019	Recomenda ao Governo que proceda à reorganização dos ciclos de estudo no ensino básico e no ensino secundário [DR I Série n.º 48/XIII (4.ª) 2019.03.08]
47	2019	Recomenda ao Governo a determinação de uma data limite para a transferência do primeiro montante referente a bolsas de estudo para estudantes do ensino superior [DR I Série n.º 61/XIII (4.ª) 2019.03.27]
46	2019	Recomenda ao Governo a criação de um plano de emergência para o alojamento estudantil nas pousadas de juventude [DR I Série n.º 61/XIII (4.ª) 2019.03.27]
45	2019	Recomenda ao Governo a criação de uma tabela nacional de taxas e emolumentos nas instituições de ensino superior público [DR I Série n.º 61/XIII (4.ª) 2019.03.27]

Comissão de Educação e Ciência

108	2019	<a href="#">Recomenda ao Governo a clarificação dos critérios de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior público</a> [DR I Série n.º 138/XIII (3.ª) 2018.07.19]
59	2019	<a href="#">Recomenda ao Governo que leve a cabo o processo de avaliação da aplicação do RJIES</a> [DR I Série n.º 84/XIII (4.ª) 2019.05.02]
89	2019	<a href="#">Recomenda ao Governo a realização urgente de obras na Escola Secundária André de Gouveia, em Évora</a> [DR I Série n.º 125/XIII (4.ª) 2019.07.03]
Ainda s/ n.º	2019	Recomenda ao Governo que lance o processo de construção da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal – <a href="#">Resolução</a> [ainda não publicada no DR]
Ainda s/ n.º	2019	Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o incremento do programa de hortícolas e de frutas e simplificação dos procedimentos no que respeita ao regime escolar - <a href="#">Resolução</a> [ainda não publicada no DR]
Ainda s/ n.º	2019	Resolução resultante da aprovação do <a href="#">projeto de resolução n.º 1373/XIII (3.ª) (PCP)</a> - Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes — e do <a href="#">projeto de resolução n.º 1501/XIII (3.ª) (CDS-PP)</a> - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH [ainda não publicada no DR]
Ainda s/ n.º	2019	Resolução resultante da aprovação do <a href="#">projeto de resolução n.º 1673/XIII (3.ª) (PCP)</a> - Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de introdução da sesta na Educação Pré-Escolar [ainda não publicada no DR]
Ainda s/ n.	2019	Resolução resultante da aprovação do <a href="#">Projeto de resolução n.º 2051/XIII (4.ª) (PSD)</a> – Ensino superior para filhos de emigrantes portugueses — e do <a href="#">projeto de Resolução n.º 2055/XIII (4.ª) (CDS-PP)</a> – Recomenda ao Governo que clarifique procedimentos para captar candidatos lusodescendentes e emigrantes para as instituições de ensino superior portuguesas [ainda não publicada no DR]
Ainda s/ n.	2019	Resolução resultante da aprovação do <a href="#">projeto de resolução n.º 2019/XIII (4.ª) (PSD)</a> - Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Fajões, do concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro -, do <a href="#">projeto de resolução n.º 2025/XIII (4.ª) (CDS-PP)</a> - Recomenda ao Governo que proceda à urgente realização de obras de reabilitação e requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, em Oliveira de Azeméis, alocando a totalidade dos meios financeiros necessários - e do <a href="#">projeto de resolução n.º 2112/XIII (4.ª) (BE)</a> - Requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, concelho de Oliveira de Azeméis [ainda não publicada no DR]

## 5. Iniciativas europeias

A Comissão seguiu, nesta Sessão Legislativa, a metodologia aprovada no início da Legislatura para o processo de escrutínio das iniciativas europeias, procedendo à sua apreciação liminar, numa primeira fase.

No decurso da Sessão Legislativa foram apreciadas duas iniciativas europeias, que lhe foram distribuídas pela Comissão de Assuntos Europeus (CAE), constando abaixo a respetiva identificação e os Deputados relatores:

1. Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições para o prosseguimento das atividades de mobilidade para fins de aprendizagem em curso no âmbito do programa Erasmus+, no contexto da saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte («Reino Unido») da União Europeia - [COM\(2019\) 65](#) - Deputado Porfírio Silva (PS);
2. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2019 Cumprir o prometido e preparar o futuro - [COM\(2018\) 800](#) – Deputada Joana Mortágua (BE).

A Comissão apreciou ainda o [Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019 – Cumprir o prometido e preparar o futuro COM\(2018\)800](#), tendo sido relatora a Deputada Joana Mortágua (BE).

Os pareceres aprovados, bem como a informação relativa à tramitação destas iniciativas, encontram-se disponíveis na página da Comissão, na *internet*.

## 6. Outros pareceres/relatórios

---

Por solicitação da Comissão de Assuntos Europeus, a Comissão emitiu parecer em relação ao relatório sobre a [participação de Portugal na União Europeia, relativo ao ano 2018](#), nas áreas respeitantes à Educação e Ciência, da autoria da Deputada Ana Mesquita (PCP).

Foi ainda apreciada a [Conta Geral do Estado de 2017](#), tendo a Comissão emitido um parecer sobre a mesma, da autoria da Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP).

## 7. Petições

---

Nesta Sessão Legislativa deram entrada nesta Comissão 14 petições.

N.º	Legislatura	Sessão	Assunto	Situação
546	XIII	4	<a href="#">Solicitam a adoção de medidas para defesa do direito à educação em Fátima</a>	Concluída (com discussão em Plenário)

Comissão de Educação e Ciência

556	XIII	4	Solicitam a criação de Entidade para a Integridade e Transparência na Investigação Científica	Concluída
557	XIII	4	Pelo direito ao descongelamento das carreiras docentes do ensino superior	Remetida em 8/2/2019 para apreciação em Plenário
563	XIII	4	Solicitam a adoção de recomendação ao Governo com vista à revogação do Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de dezembro	Concluída
565	XIII	4	Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados	Remetida em 13/3/2019 para apreciação em Plenário
566	XIII	4	Solicitam a adoção de medidas com vista à obrigatoriedade de disponibilização de condições para as sextas, para crianças até à entrada na primária.	Remetida em 6/2/2019 para apreciação em Plenário
582	XIII	4	Solicita a não-discriminação e a reposição da legalidade democrática em relação a vários aspetos da sua carreira de professor do ensino secundário	Concluída
598	XIII	4	Solicitam a adoção de medidas com vista à vinculação e integração na carreira de docente da área de Teatro e a criação do respetivo grupo de recrutamento	Remetida em 9/7/2019 para apreciação em Plenário
603	XIII	4	Solicitam a adoção de medidas com vista à correção das Declarações Mensais de Remunerações de todos os docentes contratados com horários incompletos	Remetida em 12/6/2019 para apreciação em Plenário
605	XIII	4	Solicita a adoção de medida legislativa com vista a garantir a igualdade entre professores de quadro nos concursos	Concluída
607	XIII	4	Solicitam a adoção de medidas com vista à negociação do modo e prazo para a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido	Remetida em 10/4/2019 para apreciação em Plenário
614	XIII	4	Solicitam a revisão do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Remetida em 19/6/2019 para apreciação em Plenário
616	XIII	4	Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce	Remetida em 9/7/2019 para apreciação em Plenário
640	XIII	4	Solicitam a abertura de turmas financiadas com contrato de associação na escola Evaristo Nogueira	Em apreciação

Destas petições, 13 têm o processo de apreciação na Comissão concluído e uma encontra-se em análise, a saber, a petição n.º 640/XIII (4.ª), que baixou à Comissão no dia 28 de junho de 2019 e foi admitida em 16 de julho, tendo já sido pedida a pronúncia das entidades competentes. As petições não caducam no final da Legislatura, pelo que a apreciação desta petição será concluída após as eleições legislativas.

A Comissão apreciou ainda três petições da anterior sessão legislativa: a [petição n.º 521/XIII \(3.ª\)](#), a [petição n.º 538/XIII \(3.ª\)](#) e a [petição n.º 548/XIII \(3.ª\)](#).

A tramitação das petições concluídas na Comissão encontra-se disponível em [Arquivo de Petições](#).

Independentemente do número de assinaturas, foram ouvidos os peticionários de todas as petições para as quais foi designado Deputado relator, nos termos seguintes: 1) em plenário de Comissão, no caso de petições com mais de 1.000 assinaturas; 2), pelo Deputado relator, em reunião aberta à participação dos membros da Comissão, no caso de petições com 1.000 ou menos subscritores.

Relativamente à metodologia para o tratamento das petições, seguiu-se genericamente a adotada nas anteriores sessões legislativas: admitida a petição, foi dada essa informação ao peticionário, fazendo hiperligação para o *site* onde podia ser consultado o processo da sua tramitação, e indicado o Deputado relator da mesma, quando aplicável, em virtude da alteração legislativa introduzida na [Lei de Exercício do Direito de Petição](#) pela Lei n.º 51/2017, de 13 de julho (para as petições subscritas por mais de 100 cidadãos é obrigatoriamente nomeado um Deputado relator).

Foram ainda indicadas as diversas entidades a quem ia ser pedida pronúncia sobre a petição (para se obterem posições diversificadas em relação à mesma) e disponibilizada a hipótese de os peticionários sugerirem, fundamentadamente, outras entidades, cuja pronúncia considerassem relevante para a apreciação.

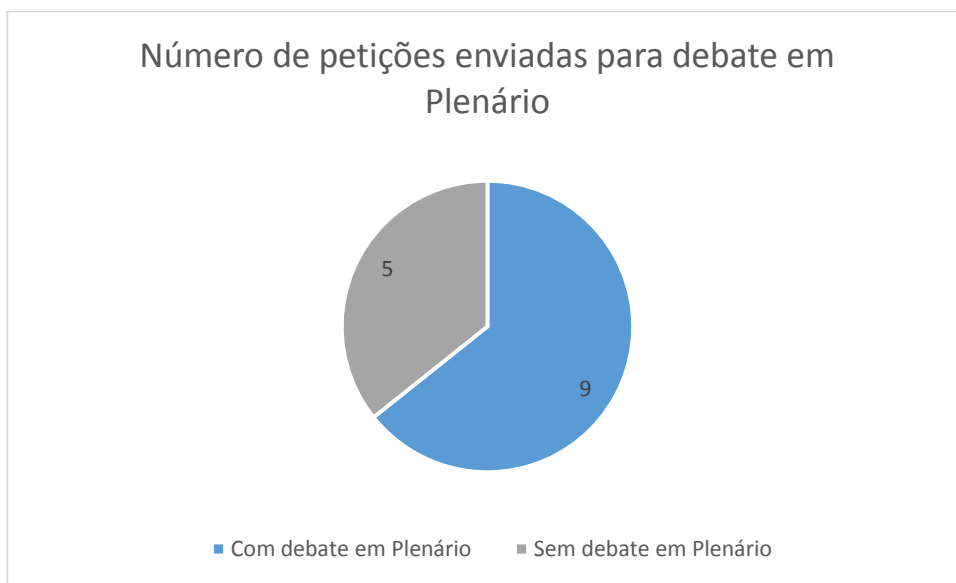
Em relação às petições que tenham até 100 subscritores, a Comissão deliberou caso a caso se nomeava relator e fazia audição do(s) peticionário(s), tendo decidido afirmativamente em várias petições. Nos casos em que não foi nomeado relator, o relatório final da petição foi subscrito pelo Presidente da Comissão e aprovado por esta. Por outro lado, em todas as petições,

### Petições

- 14 entradas na 4.ª Sessão
- 3 da 3.ª Sessão Legislativa
- 16 concluídas na Comissão
- 1 em apreciação

independentemente do número de subscritores, foi pedida a pronúncia do membro do Governo correspondente.

Das petições entradas nesta Sessão Legislativa, 9 foram remetidas para discussão em Plenário, 8 por terem mais de 4.000 subscritores e 1, com um número inferior de assinantes, atenta a importância social da matéria em causa. Das 9 petições, 1 já foi discutida em Plenário ([petição n.º 546/XIII \(4.ª\)](#)), tendo a discussão ocorrido conjuntamente com o debate de 2 iniciativas ([projetos de resolução n.ºs 1853/XIII \(4.ª\)](#) e [1937/XIII \(4.ª\)](#)), que foram rejeitadas.

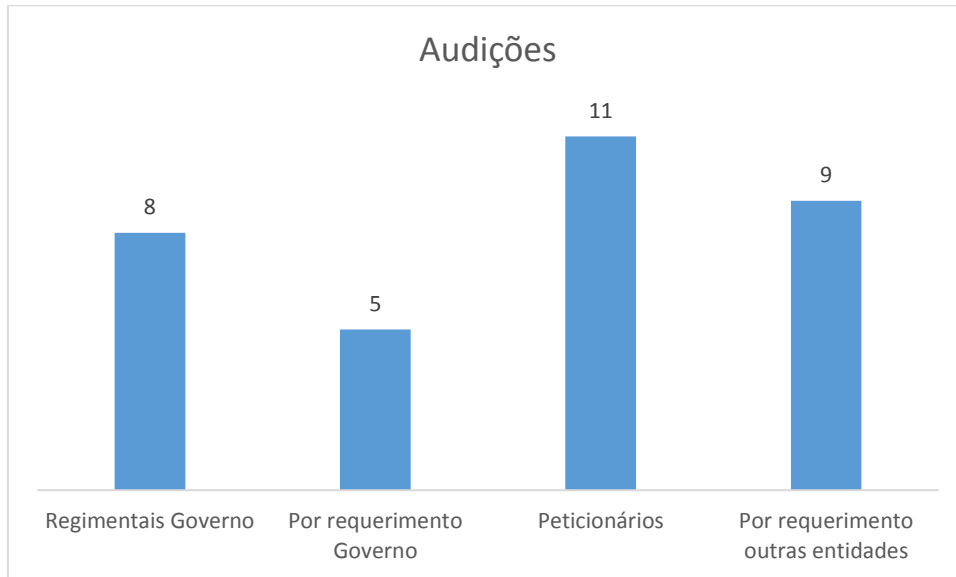


## 8. Audições

A Comissão efetuou 33 [audições](#) (reuniões para ouvir entidades, desencadeadas por iniciativa da Comissão), sendo que 13 decorreram com a presença de membros do Governo, 11 com peticionários e as restantes com diversas entidades do setor, realçando-se a [audição da Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o relatório «Estado da Educação 2017»](#).

Nas audições com o Governo, importa distinguir as efetuadas no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, que prevê 4 audições com cada um dos membros do Governo – Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministro da Educação –, por Sessão Legislativa, e as que resultaram da aprovação de requerimentos dos grupos parlamentares. Neste último grupo, incluem-se 5 resultantes da apresentação de requerimentos por parte dos grupos parlamentares do PSD, BE, CDS-PP e PCP respeitantes às audições do Ministro da Educação, e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, assim como uma

ao Ministro das Finanças por requerimento do Grupo Parlamentar do PS, conforme melhor exposto [no ponto 12](#) deste relatório.



Não se encontram aqui contabilizadas as audições realizadas no âmbito dos Grupos de Trabalho, sendo que as mesmas constarão do ponto que lhes está destinado neste Relatório ([Ponto 13](#)).

## 9. Audiências

---

Nesta Sessão Legislativa, foram realizadas pela Comissão de Educação e Ciência [audiências](#) (reuniões que tiveram na base um pedido de particulares ou entidades) a 23 entidades.

Estas audiências decorreram em plenário da Comissão (maioritariamente no caso de entidades com representação nacional), ou por delegação da Comissão, por um deputado responsável pela sua marcação e aberta à participação de todos os membros da Comissão, consoante deliberação da Comissão. Este procedimento permitiu responder, de uma forma mais célere, a todos os pedidos recebidos na Comissão.

Foram elaborados e disponibilizados relatórios-síntese de todas as audiências realizadas e procedeu-se sempre à respetiva gravação áudio, que se encontra no processo de cada uma das audiências, estando toda a informação disponibilizada no [site da Comissão](#).

## 10. Eventos

---

No decorrer da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa a Comissão realizou os seguintes eventos:

Comissão de Educação e Ciência

Tipo	Designação	Local	Data
Audição Pública	Audição parlamentar sobre autonomia e flexibilidade curricular	Auditório Almeida Santos	2019-06-05
Debate	Café de Ciência: acesso à água: Gerir a mudança	Salão Nobre	2019.04.03
Audição Pública	Propostas de alteração no âmbito do processo de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva	Senado	2019.02.26

## 11. Deslocações/ Representações

A Comissão fez-se ainda representar, quer pelo Presidente quer pelos Deputados, em diversas iniciativas (as quais se encontram abaixo referidas), na sequência de convites que lhe foram endereçados.

Assunto	Local	Data
Encontro Ciência 2019	Lisboa - Centro de Congressos de Lisboa	2019.07.08 e 2019.07.09
Seminário «Educação e desafios do futuro: ambiente e desenvolvimento sustentável»   22 de maio de 2019   CNE	Lisboa	2019.05.22
Apresentação do Programa de Formação e Desenvolvimento de Android.	Lisboa	2019.03.14
SNS celebra os seus 40 anos com a conferência <i>The Future of Healthcare</i>	Lisboa	2019.01.31
Conferência: A Educação e os Desafios do Futuro - Conselho Nacional de Educação	Lisboa	2019.01.30
Apresentação do Programa-piloto "Educar para uma Geração Azul"	Auditório da Escola Secundária José Saramago - Mafra	2019.01.10
Sessão Pública de Abertura do Seminário Diplomático 2019	Lisboa - Auditório do Museu do Oriente	2019.01.03



Comissão de Educação e Ciência

Convite para a moderação da mesa redonda «Risco e decisão»	Lisboa	2018.12.05
2.º Fórum do Conselho Nacional de Saúde (CNS)	Lisboa	2018.12.05
Cerimónia de lançamento da 2.ª edição de “Escola Amiga da Criança”	Lisboa	2018.11.20
Reunião interparlamentar sobre «Herança Cultural Europeia, no contexto das celebrações do Ano Europeu da Herança Cultural»	Bruxelas	2018.11.19 2018.11.20
Pares Pedagógicos: Delineando Caminhos e Trajetórias da/para a Educação em Portugal	Lisboa	2018.11.16 2018.11.17
Fórum Parlamentar Luso-Espanhol	Madrid	2018.11.07 2018.11.08
Congresso APIFARMA 2018 "Compromisso com as Pessoas. Mais e Melhor Vida"	Lisboa	2018.10.30
Sessão de apresentação do livro <i>The Future of Europe - The Reform of the Eurozone and the Deepening of Political Union</i>	Lisboa	2018.10.29
Congresso estatutário ordinário da Federação Nacional da Educação, subordinado ao tema " Por uma Escola Prestigiada - profissionais valorizados"	Aveiro	2018.10.20
1st Drugs R&D PhD Symposium: “Translational Science: From Academia to Industry	Coimbra	2018.09.27
Dia Nacional do Farmacêutico	Coimbra	2018.09.26
2.ª Conferência Gago sobre a Política Científica Europeia, <i>Science, society and policy towards a Europe of knowledge: On the role of science engagement in Horizon Europe</i>	Viena	2018.09.21
Seminário Educação de adultos: ninguém pode ficar para trás	Lisboa	2018.09.20

Realça-se a intervenção do Presidente e de Deputados de todos os Grupos Parlamentares no [Encontro Ciência 2019](#), espaço importante de encontro de toda a comunidade científica.

Na sequência do Fórum Parlamentar Luso-Espanhol, foi ainda deliberado realizar visitas conjuntas com Deputados do Parlamento espanhol a projetos desenvolvidos pelos dois países, aguardando-se que o Congresso dos Deputados se encontre em funcionamento pleno (na sequência das eleições legislativas em Espanha), para se retomarem os contactos que já foram estabelecidos.

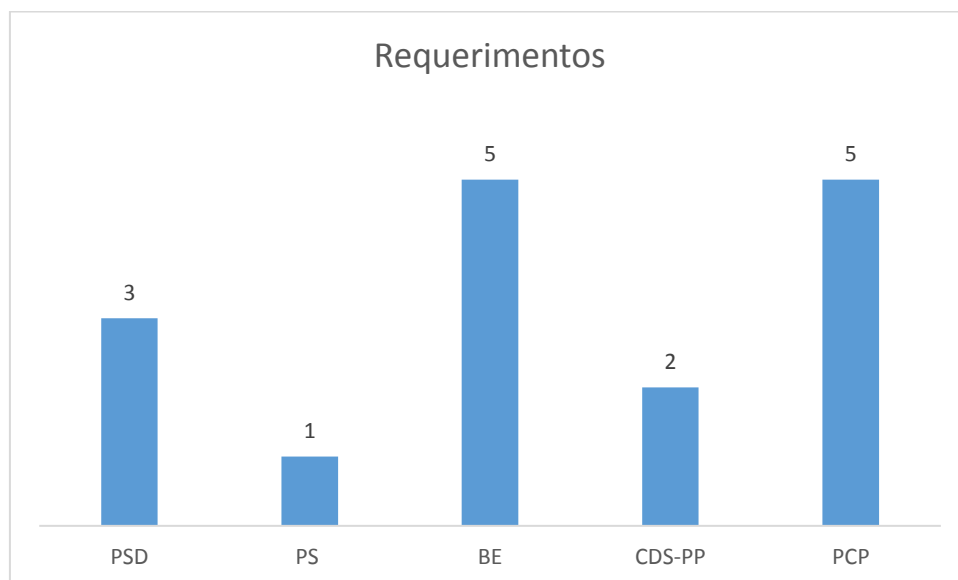
## 12. Requerimentos dos Grupos Parlamentares

Ao longo desta Sessão Legislativa, foram apresentados por todos os Grupos Parlamentares um total de 16 requerimentos, abaixo referidos, tendo destes sido aprovados 15 e 1 rejeitado:

GP	Assunto	Data	Decisão
PCP	Requerimento para audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior relativamente ao subfinanciamento e precariedade no Ensino Superior e Ciência	12-09-2018	Aprovado
CDS-PP	Pedido de audição urgente do Senhor Ministro da Educação na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, para prestar esclarecimentos sobre a forma como foi conduzido o programa de 'vouchers' para entrega de manuais escolares gratuitos.	14-09-2018	Aprovado
PSD	Requerimento para Audição do Senhor Ministro da Educação	18-09-2018	Aprovado
BE	Requerimento para audição na Comissão de Educação e Ciência do Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia	18-09-2018	Aprovado
PSD	Requerimento para audição, com carácter de urgência do Reitor da Universidade de Lisboa	24-09-2018	Aprovado
CDS-PP	Pedido de audição do senhor ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, para prestar esclarecimentos sobre o recuo na equiparação de graus académicos para efeitos de concursos e outros	25-09-2018	Aprovado
PCP	Requerimento para audição urgente do Ministro da Educação na 8.ª Comissão sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores e educadores	04-10-2018	Aprovado
BE	Audição, com carácter de urgência, do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o problema do assédio moral sobre os docentes convidados da	04-12-2018	Rejeitado

Comissão de Educação e Ciência

UTAD			
BE	Audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a questão das Praxes Académicas e da equipa do programa Exarp	04-12-2018	Aprovado
PSD	Audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o incumprimento do Acordo de Legislação e a situação do Instituto Politécnico de Leiria	13-12-2018	Aprovado
BE	Requerimento para audição na Comissão de Educação e Ciência do Reitor da Universidade do Porto	15-01-2019	Aprovado
PCP	Requerimento para audição do Ministro da Educação e da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais sobre a falta de pessoal não docente nas escolas	11-02-2019	Aprovado
PS	Requerimento para Audição do Ministro das Finanças, por requerimento do PS, sobre o impacto orçamental dos modelos de recuperação do tempo de serviço na carreira dos docentes	17-04-2019	Aprovado
BE	Requerimento para audição dos Investigadores Precários da Universidade do Algarve	04-04-2019	Aprovado
PCP	Requerimento para audição do Ministro da Educação na 8.ª Comissão sobre Educação Especial	17-10-2018	Aprovado



## 13. Grupos de Trabalho

---

Tendo em vista o acompanhamento contínuo e aprofundado das diversas matérias, a Comissão deliberou constituir três Grupos de Trabalho, na 1.ª Sessão Legislativa, que se mantiveram nas seguintes, a saber:

- [GT| Parlamento dos Jovens](#) – Coordenador: Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD)
- [GT| Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação](#) – Coordenadora: Deputada Susana Amador (PS)
- [GT| Educação Especial](#) – Coordenadora: Deputada Maria Manuela Tender (PSD)

A atividade destes [Grupos de Trabalho](#) consta dos respetivos relatórios de atividades apresentados à Comissão.

Na 2.ª Sessão Legislativa foi ainda criado o [Grupo de Trabalho - Monitorização dos "Contratos de Legislatura"](#) – Coordenadora: Deputada Nilza de Sena (PSD) – e que se manteve na presente Sessão Legislativa.

Importa destacar algumas iniciativas destes Grupos de Trabalho:

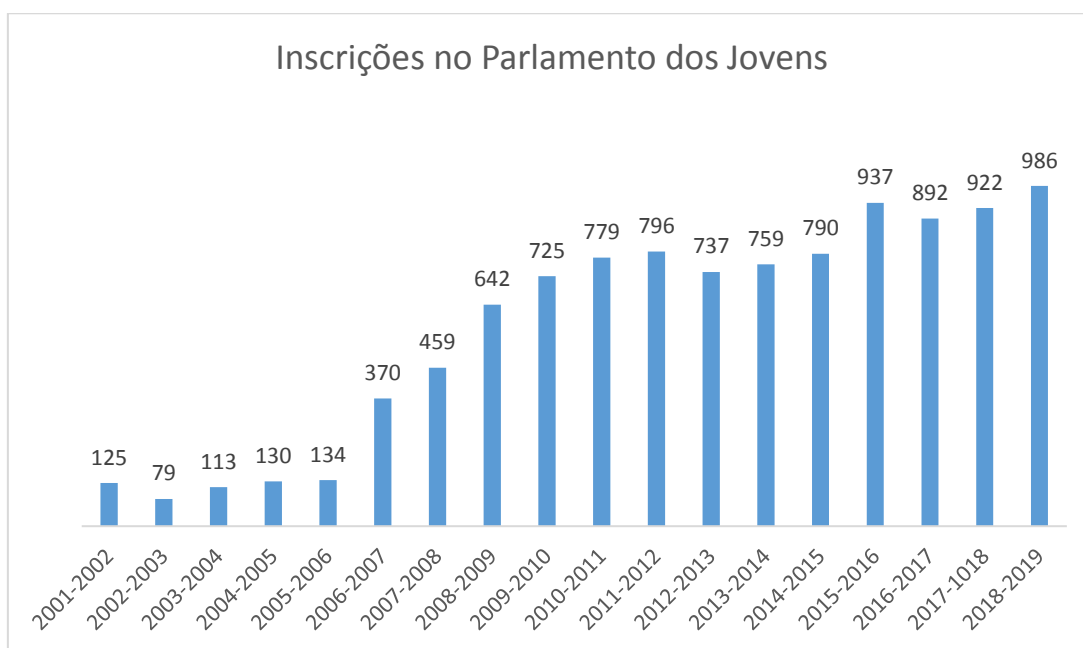
### 13.1. Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
<a href="#">Margarida Balseiro Lopes</a>	PSD	Efetivo	Coordenadora
<a href="#">Emília Santos</a>	PSD	Efetivo	
<a href="#">Diogo Leão</a>	PS	Efetivo	
<a href="#">Luís Monteiro</a>	BE	Efetivo	
<a href="#">Ilda Araújo Novo</a>	CDS-PP	Efetivo	
<a href="#">Ana Mesquita</a>	PCP	Efetivo	

O [Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens](#) coordenou a participação dos Deputados nos debates ao longo do desenrolar do Programa e pronunciou-se sobre as questões inerentes ao desenvolvimento do mesmo, nomeadamente a fixação dos temas e cartazes das 2 sessões e a atribuição do prémio reportagem.

A edição 2018/2019 do Programa Parlamento dos Jovens ficou marcada pela mais elevada participação de sempre na história do Programa, com 986 escolas inscritas (512 do ensino básico e 474 do ensino secundário).

O tema desta edição foi “As alterações climáticas”, com os subtemas “Salvar os Oceanos”, para o ensino básico, e “Reverter o Aquecimento Global”, para o ensino secundário.



De realçar que a participação dos Deputados ao longo da edição 2018/2019 do Parlamento dos Jovens foi a seguinte:

Fases	PSD	PS	BE	CDS-PP	PCP	PEV	TOTAIS
Debates nas escolas	189	151	36	38	29	4	<b>447</b>
Sessões Distritais/Regionais	13	16	3	3	3	0	<b>38</b>
Sessões Nacionais	8	8	4	4	4	4	<b>32</b>

O [Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho](#) encontra-se disponível na página *internet* do respetivo GT.

### 13.2. Grupo de Trabalho da Educação Especial

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
<a href="#">Maria Manuela Tender</a>	PSD	Efetivo	Coordenador
<a href="#">Laura Monteiro Magalhães</a>	PSD	Efetivo	
<a href="#">Sandra Pontedeira</a>	PS	Efetivo	
<a href="#">Joana Mortágua</a>	BE	Efetivo	
<a href="#">Ana Rita Bessa</a>	CDS-PP	Efetivo	
<a href="#">Diana Ferreira</a>	PCP	Efetivo	
<a href="#">Sónia Fertuzinhos</a>	PS	Suplente	

O [Grupo de Trabalho da Educação Especial](#) desenvolveu todas as atividades definidas no seu [plano de atividades](#), aprovado na reunião de 18 de dezembro de 2018 da Comissão de Educação e Ciência.

- **Audição Pública**

A realização da Audição Pública subordinada ao tema “Implementação do regime jurídico da educação inclusiva, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho”, prevista no plano de atividades deste Grupo de Trabalho, esteve prevista realizar-se no dia 29 de maio de 2019. Todavia, a ocorrência do processo da [apreciação parlamentar n.º 67/XIII \(BE\)](#) e da [apreciação parlamentar n.º 68/XIII \(PCP\)](#) – Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que «Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva» –, no âmbito do qual se realizou uma Audição Pública com o mesmo escopo, determinou que a mesma seria redundante. Assim, o Grupo de Trabalho empenhou-se na realização desta última Audição Pública, que ocorreu no dia 26 de fevereiro (vide ponto 10).

Assunto	Local	Data
<a href="#">Audição Pública: Propostas de alteração no âmbito do processo de Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva</a>	Sala do Senado	2019-02-26

- **Visitas**

Assunto	Local	Data
Avaliar da implementação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva	<a href="#">Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato, Amora (Seixal)</a>	2019-05-28
Avaliar da implementação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva	<a href="#">Agrupamento de Escolas Leal da Câmara (Rio de Mouro)</a>	2019-06-11

- **Audições**

Audições	Data
<a href="#">Audição ao Secretário de Estado da Educação (João Costa)</a> , no âmbito da apreciação na especialidade das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva	2019-03-14
<a href="#">Audição ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (João Sobrinho Teixeira)</a> , para apresentação do documento “Inclusão das pessoas com deficiência nos sistemas de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Diagnóstico e Ação”	2019-01-09

- **Audiências**

Na 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa foram realizadas as seguintes audiências:

Designação	Data
<a href="#">Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes do Ensino Especial</a>	2019-01-31
<a href="#">Associação Bengala Mágica: Associação de pais, amigos e familiares de crianças, jovens e adultos cegos e com baixa visão</a>	2019-02-07

O [Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho](#) pode ser consultado na página internet do respetivo GT.

### 13.3. Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
<a href="#">Susana Amador</a>	PS	Efetivo	Coordenador
<a href="#">Maria Germana Rocha</a>	PSD	Efetivo	
<a href="#">Sandra Pontedeira</a>	PS	Efetivo	
<a href="#">Joana Mortágua</a>	BE	Efetivo	
<a href="#">Ilda Araújo Novo</a>	CDS-PP	Efetivo	
<a href="#">Ângela Moreira</a>	PCP	Efetivo	
<a href="#">Pedro Pimpão</a>	PSD	Suplente	

No final da 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa foi publicada a [Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto](#), relativa à transferência de competências para as autarquias locais, e a [Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto](#), que altera a Lei das Finanças Locais. Posteriormente, na sequência duma reunião do GT com o Conselho Nacional de Educação, foi recebida uma recomendação do mesmo de novembro de 2018 (publicada como [Recomendação n.º 1/2019](#)), sobre a transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional, donde constam recomendações específicas que foi entendido deverem merecer o devido acompanhamento e reflexão.

Nesta sequência, o [Grupo de Trabalho](#) deliberou dar continuidade ao acompanhamento do processo na área da educação, tendo aprovado o respetivo [plano de atividades](#) para a 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa.

- **Audições**

Em execução do plano de atividades foram efetuadas as audições referidas abaixo, salientando-se que as de 2019 tiveram lugar já após a publicação do [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro](#), que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.



Comissão de Educação e Ciência

Entidade	Data
FESAP - Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos	2019-05-07
FENPROF – Federação Nacional dos Professores; FNE – Federação Nacional da Educação; FNSTFPS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais	2019-04-30
ANDAEP - Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas; ANDE - Associação Nacional de Dirigentes Escolares; Conselho das Escolas	2019-04-23
Secretária de Estado Adjunta e da Educação e Secretário de Estado das Autarquias Locais	2018-10-25
ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias	2018-10-24
ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses	2018-10-18

- **Audiências**

Entidade	Data
AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal	2019-03-26

- **Visitas**

Com o objetivo de acompanhar o processo em curso e a sua operacionalidade e contactar no terreno com os agentes educativos foi feita a visita referida abaixo.

Por motivos de agenda dos trabalhos parlamentares, não foi possível concretizar a visita a Viana do Castelo que se tinha previsto no plano de atividades do Grupo de Trabalho.

Assunto	Local	Data
Acompanhamento do processo de transferência de competências	Agrupamento de Escolas António Patrício, Évora e Câmara Municipal de Évora	2019-04-29

“O Processo de Descentralização na área da Educação conhecerá desenvolvimentos em setembro, data que ficou prevista para as comunicações dos Municípios (*que não pretendam a transferência de competências no ano de 2020*), conforme previsto no artigo 92.º do [Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho](#), que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019.

Sublinhe-se que, no dia 4 de junho, foi publicada a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2019](#), que estabelece o funcionamento e organização da Comissão de Acompanhamento da Descentralização com a missão de acompanhar este processo e avaliar a adequabilidade dos recursos financeiros de cada área de competência, sendo a da educação uma das áreas mais expressivas em termos de edificado, de recursos humanos e, conseqüentemente, de recursos financeiros.

Essa Comissão extingue-se em 31 de dezembro de 2021 e integrará representantes dos grupos parlamentares, da ANMP e da ANAFRE e será coordenada pelo membro do Governo responsável pela área das autarquias locais” (notas finais do Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho).

O [Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho](#) pode ser consultado na página *internet* do respetivo GT.

#### 13.4. Monitorização dos “Contratos de Legislatura”

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
<a href="#">Nilza de Sena</a>	PSD	Efetivo	Coordenador
<a href="#">Margarida Mano</a>	PSD	Efetivo	
<a href="#">Porfírio Silva</a>	PS	Efetivo	
<a href="#">Luís Monteiro</a>	BE	Efetivo	
<a href="#">Ana Rita Bessa</a>	CDS-PP	Efetivo	
<a href="#">Ana Mesquita</a>	PCP	Efetivo	

Este Grupo de Trabalho foi criado em 13 de março de 2017 com vista a monitorizar os “contratos de Legislatura”, celebrados com a maioria das instituições de ensino superior, visando a reforma e o desenvolvimento deste nível de ensino e da ciência no nosso país, sendo desenhados para um horizonte plurianual e tendo como pressupostos a estabilidade do financiamento público e o aprofundamento da autonomia das instituições.



Comissão de Educação e Ciência

Em outubro de 2017 foi solicitado ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) que indicassem a metodologia de monitorização dos contratos que está implementada, a periodicidade da atualização da informação e os resultados atingidos na execução dos contratos e juntassem os relatórios respetivos, tendo os 2 primeiros (MCTES e CRUP) remetido os relatórios do Grupo de Monitorização e Controlo Orçamental das Instituições de Ensino Superior Público (GMCOIESP).

O CRUP informou ainda que “estes relatórios devem ser complementados por um relatório semestral seu sobre a execução de todos os aspetos do contrato, que implicam o seguimento de um conjunto mais vasto de parâmetros, alguns ainda em fase de implementação, pelo que não foi ainda possível dar satisfação a esse requisito”. O CCISP não respondeu.

Em janeiro de 2018 foi solicitado às universidades e aos institutos politécnicos, individualmente, que indicassem “quais os resultados atingidos na execução do contrato, as dificuldades sentidas e as eventuais propostas que considere relevantes (nas várias vertentes), bem como remeta cópia das informações/relatórios elaborados nesse âmbito”, tendo o Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, também Presidente do CCISP, informado que a resposta será assegurada pelo CCISP. Não foi recebida resposta do CCISP ou de outros institutos politécnicos. Foram recebidas respostas da Universidade da Madeira e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Posteriormente foram solicitados ao MCTES os restantes relatórios trimestrais de 2017 de monitorização e controlo orçamental dos contratos de Legislatura e os relatórios semestrais que lhe foram enviados pelo CRUP e pelo CCISP sobre a execução de todos os aspetos do contrato, bem como a restante informação produzida regularmente. O MCTES remeteu os relatórios do GMCOIESP que tinham sido solicitados e informou que o CRUP e o CCISP ainda não tinham remetido os relatórios referidos, informação que reiterou já em 2019.

Entretanto o MCTES passou a remeter regularmente à Comissão os relatórios do GMCOIESP. Esta informação habilitou os Deputados a colocarem questões sobre essa matéria nas várias audições dos respetivos membros do Governo, de responsáveis das instituições de ensino superior e do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



Comissão de Educação e Ciência

Palácio de S. Bento, 29 de julho de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Alexandre Quintanilha)**